



SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 177, DE 2019

Altera o art. 37 da Constituição Federal, para vedar a exoneração *ad nutum* da servidora ocupante de cargo em comissão desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O *caput* do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIII:

“Art. 37. ....

XXIII – é vedada a exoneração *ad nutum* da servidora gestante ocupante de cargo em comissão, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

§13 A estabilidade prevista no inciso XXIII aplica-se também à servidora adotante que ocupe cargo em comissão, a partir da adoção ou da obtenção da guarda judicial para fins de adoção.” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A estabilidade conferida à gestante e à adotante pela Constituição Federal objetiva amparar o nascituro. Trata-se de autêntico direito fundamental, que deve ser preservado mesmo que a gestante ocupe cargo em natureza precária.

Recebido em 22 / 10 / 2019  
Hora: 18:19

Diogo Giovanni Dias Ferreira  
Matrícula: 29851 SLSF/SGM





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

Não há em nosso ordenamento jurídico previsão legal expressa de estabilidade gestacional para as servidoras comissionadas ou ocupantes de função de confiança.

O reconhecimento dessa estabilidade tem sido dado por construção jurisprudencial. O Supremo Tribunal Federal tem firmado entendimento no sentido de que as servidoras públicas, ainda que contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito à licença-maternidade e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, conforme dispõem o art. 7º, XVIII, da Constituição Federal, e o art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

No mesmo sentido é a garantia da estabilidade às mães adotantes, que devem ter garantido o direito à estabilidade provisória independentemente da natureza do vínculo mantido com a administração pública e mesmo que ocupem apenas cargos comissionados.

É preciso corrigir essa grave lacuna legislativa.

Estamos convictos de que a Constituição Federal deve ser alterada para dar a necessária segurança jurídica aos nascituros e às servidoras gestantes. Pedimos, por isso, o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

  
**Senadora DANIELLA RIBEIRO**  
PROGRESSISTAS - PB

2	Antonio Amorim	Mil.
3	Jaden Dambalho	Fadengueiro



SF/19945,41931-07

Página: 2/4 17/10/2019 13:02:52

005dd4b705f7e6a5a0f7a216e735d85f97754bd2







SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

OK	4	Moisés do Carmo	
OK	5	Teófilo Nino	
OK	6	Paulo Rocha	
OK	7	ORIOVISTO	
OK	8	priginho Melles	
OK	9	LASIER	
OK	10	CIRO NOB	
OK	11	D. Berger	
OK	12	Randolph	
OK	13	Helio Toledo	
OK	14	Meios de Juss	
OK	15	Corpús Moura	
OK	16	Mara Sabilli	
OK	17	Flávio Arnes	
OK	18	Marcelo Castro	
OK	19	AROLDE	
OK	20	Levy do Carmo	



SF19945.41931-07

Página: 3/4 17/10/2019 13:02:52

005dd4b705f7e6a5a0f7a216e735d85f97754bd2





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

PEC Altera o art. 37  
da CF - estabilidade  
gravídica.

21	Randolph Cardoso	
22	Werton	
23	E. AMIN	
24	Juiza Selma	
25	Syroneon Vazirton	
26	Glizomir	
27	CID R. Gomes	
28	Maulza Gomes	
29	Rogério Cornelho	
30	EDUARDO BRAGA	



SF/19945.41931-07

Página: 4/4 17/10/2019 13:02:52

005dd4b705f7e6a5a0f7a216e735d85f97754bd2

